

ASSEMBLEIA FISCALIZA – 2º CICLO, 2019

Temas enfatizados para a reunião com o titular da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, referente ao 2º quadrimestre de 2019

Comissão de Administração Pública (APU) para a Seplag:

Classificação	Tema enfatizado
Administração Pública – Gestão de Pessoas – Provimento de cargos por Chamamento Público	Informações sobre o número de gestores selecionados no âmbito do programa Transforma Minas e sua locação nos órgãos e entidades do Estado.
Administração Pública – Gestão de pessoas – Servidores de Segurança Pública	<p>1) Informações sobre a nomeação de investigadores e chamada dos agentes penitenciários nos meses de julho a setembro de 2019 e projeção de chamada até dezembro de 2019.</p> <p>2) Informações sobre a realocação de soldados no policiamento ostensivo em julho e em agosto de 2019, além da chamada de policiais do concurso vigente nos meses de julho, agosto e setembro de 2019, e projeção de chamada até fevereiro de 2020.</p> <p>3) Informações sobre a nomeação de investigadores e chamada dos agentes penitenciários nos meses de julho a setembro de 2019 e projeção de chamada até dezembro de 2019.</p>
Administração Pública – MGS Administração Pública Gestão de pessoas – MGS	<p>Caso haja interesse em aprofundar o debate sobre a evolução da situação da MGS:</p> <p>1) Apresentação do balanço da empresa nos últimos 10 anos.</p> <p>2) Informações detalhadas sobre o quadro de empregados da MGS, num horizonte histórico de 10 anos, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) quantitativo total de empregados da empresa; b) quantitativo de empregados dedicados à administração da empresa e quantitativo de empregados em postos de trabalho externo; c) quantitativo de empregados dedicados à administração da empresa admitidos por concurso e quantitativo de empregados dedicados à administração da empresa admitidos sem concurso; d) quantitativo de empregados em postos de trabalho externo admitidos por concurso e quantitativo de empregados em postos de trabalho externo admitidos sem concurso; e) quantitativo de empregados em postos de trabalho externo contratados por entidades da administração direta ou indireta dependentes do tesouro estadual; quantitativo de empregados em postos de trabalho externo em empresas estatais do EMG independentes do tesouro estadual; e quantitativo de empregados em postos de trabalho externo não relacionados à administração pública direta ou indireta do Estado.

<p>Administração Pública – Pagamento de pessoal e plano de carreira</p>	<p>1) Informações sobre o quantitativo, o vínculo funcional e a forma de provimento dos cargos comissionados por órgão e entidade da Administração Pública.</p> <p>2) Informações sobre a previsão para a regularização do pagamento dos salários dos servidores em parcela única.</p>
<p>Administração Pública – Previdência e Assistência ao Servidor Público</p>	<p>Informações sobre a situação dos trabalhos do grupo instituído para analisar a reforma da previdência nos Estados.</p>
<p>Direitos Humanos – Proteção e Restauração dos Direitos Humanos – Filhos de Hansenianos</p>	<p>A SEPLAG encaminhou a demanda para a SES, que ainda não respondeu. Sugere-se, portanto, para o 2º Ciclo do Assembleia Fiscaliza de 2019, solicitar à Secretaria de Estado de Saúde, o cronograma de pagamento de benefícios aos filhos dos hansenianos.</p>
<p>Educação – Financiamento da Educação</p>	<p>Informação sobre o demonstrativo mensal, para os anos de 2018 e 2019, do repasse para as universidades do Estado, por fonte, modalidade de aplicação e por categoria econômica da despesa (investimento; despesa com pessoal e encargos; e outras despesas correntes).</p>
<p>Finanças Públicas – Execução orçamentária – Adesão ao Regime de Recuperação Fiscal</p>	<p>Sugere-se o acompanhamento contínuo das medidas adotadas para o enfrentamento da crise fiscal, com a prestação de informações sistematizadas dos resultados obtidos pelas medidas implementadas.</p>
<p>Finanças Públicas – Execução Orçamentária – Crise Fiscal</p> <p>Finanças Públicas – Transferências obrigatórias da União ao Estado – Lei Kandir</p>	<p>Sugere-se o acompanhamento contínuo das medidas adotadas para o enfrentamento da crise fiscal, com a prestação de informações sistematizadas dos resultados obtidos pelas medidas implementadas.</p>
<p>Finanças Públicas – Execução Orçamentária – Impacto Fiscal da Reforma Administrativa</p>	<p>Envio de demonstrativo da redução de despesas por secretaria, com a implantação da reforma administrativa.</p>
<p>Finanças Públicas – Execução Orçamentária – Restos a Pagar</p>	<p>Informações sobre a regularização dos repasses dos restos a pagar à SES.</p>
<p>Finanças Públicas – Fundo Estadual do Café – Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – FUNCAFÉ (União)</p>	<p>Trata-se de fundo gerido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Da reunião do Assembleia Fiscaliza, 1º Ciclo, com a SEAPA, resultou o RQN 1.793/2019, da Comissão de Agropecuária e Agroindústria, direcionado ao MAPA, e já respondido, sobre as transferências do Funcafé para projetos em MG. Sugere-se, acompanhar os desdobramentos desse requerimento. O assunto é recorrente nas discussões sobre a cadeia produtiva do café e deve merecer uma abordagem mais detalhada da Seapa, no 2º ciclo do Assembleia Fiscaliza de 2019.</p>

Finanças públicas – Transferências Obrigatórias do Estado aos Municípios – Saúde (FES)	Informações sobre o cronograma de repasse de recursos aos municípios e aos consórcios municipais que gerenciam o Samu, nos meses de julho a setembro de 2019, e a projeção de repasses de outubro a dezembro de 2019.
Finanças públicas – Vinculações e limitações constitucionais e legais do gasto público – Saúde	Informações sobre o cumprimento do mínimo constitucional em Despesas com Ações e Serviços Públicos em Saúde, que é de 12% em relação à receita líquida de impostos, com a apresentação dos gastos atuais, em números absolutos e relativos, e do planejamento para sua efetiva regularização.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO) para a Seplag:

Classificação	Tema enfatizado
Finanças Públicas – Transferências Obrigatórias da União ao Estado – Lei Kandir	1) Sugestão de solicitação ao Presidente da Câmara dos Deputados que pautar o PLP 511/2018 para votação. 2) Informações sobre as medidas implementadas para a recuperação do crédito decorrente da Lei Kandir.
Finanças Públicas – Execução orçamentária – Adesão ao Regime de Recuperação Fiscal	Sugere-se o acompanhamento contínuo das medidas adotadas para o enfrentamento da crise fiscal, com a prestação de informações sistematizadas dos resultados obtidos pelas medidas implementadas.
Finanças Públicas – Execução Orçamentária – Impacto Fiscal da Reforma Administrativa	Envio de demonstrativo da redução de despesas por secretaria, com a implantação da reforma administrativa.
Finanças Públicas – Execução Orçamentária – Restos a Pagar	Informações sobre a regularização dos repasses dos restos a pagar à SES.
Finanças Públicas – Transferências Obrigatórias do estado aos Municípios – Saúde	Informações sobre o cronograma de repasse de recursos aos municípios e aos consórcios municipais que gerenciam o Samu, nos meses de julho a setembro de 2019, e a projeção de repasses de outubro a dezembro de 2019.
Finanças Públicas – Vinculações e limitações constitucionais e legais do gasto público – Saúde	Informações sobre o cumprimento do mínimo constitucional em Despesas com Ações e Serviços Públicos em Saúde, que é de 12% em relação à receita líquida de impostos, com a apresentação dos gastos atuais, em números absolutos e relativos, e do planejamento para sua efetiva regularização.

<p>Administração Pública – Gestão Patrimonial e de Bens – Parcerias</p>	<p>Informação de forma pormenorizada de como se deu a cessão do Palácio das Mangabeiras à Codemge e como se deu a celebração do contrato de cessão de uso do referido bem à empresa Multi Cult Promoções LTDA</p>
<p>Administração Pública – Parcerias – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público</p>	<p>Explicações sobre o termo de cooperação celebrado pelo governo do Estado, por intermédio da Seplag e a da OSCIP denominada Comunitas, sobretudo o detalhamento dos objetivos da metas, dos resultados a serem atingidos, do cronograma de execução, dos critérios de avaliação de desempenho e dos indicadores de resultados previstos no citado termo, além de evidenciar a participação da Comunitas no desenvolvimento do Plano de Recuperação Fiscal do Estado.</p>

Comissão de Participação Popular (PPO) para a Seplag:

Classificação	Tema enfatizado
<p>Administração Pública – Execução orçamentária</p> <p>Finanças Públicas – Execução Orçamentária</p>	<p>Monitoramento dos desdobramentos das Propostas de Ação Legislativa – PLEs – resultantes do processo de discussão participativa do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019 para o exercício 2019, notadamente a execução de emendas ao Plano.</p>